

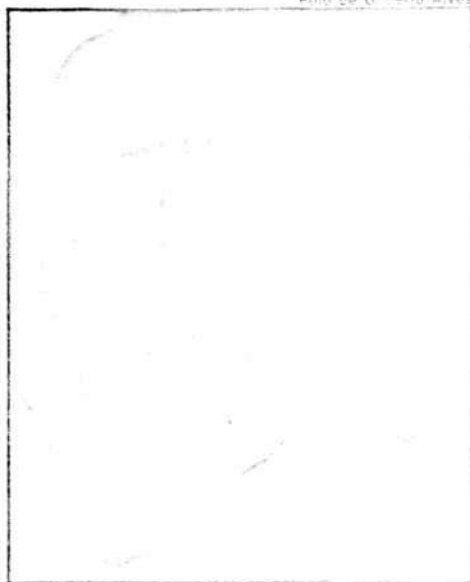
Ulysses aceita parlamentarismo. Até nos Estados

BRASILIA — O Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, estabeleceu ontem duas condições para a implantação do parlamentarismo no País: a emancipação da burocracia do setor público, de modo a impedir o loteamento de cargos a cada queda de gabinete, e a extensão do sistema a todos os Estados para que os Governadores não tenham mais poderes que o Presidente da República.

— O Governador de São Paulo, por exemplo, poderá ser mais poderoso que o Presidente, que dividirá seu poder com o Primeiro-Ministro.

Ulysses reafirmou sua defesa do presidencialismo apesar de discordar do sistema atual e reconhecer que existe no País uma grande expectativa de que as soluções dos problemas nacionais ocorram através da via governamental, isto é, do Presidente. Defendeu, no entanto, o fortalecimento do Legislativo, para que todas as decisões do Executivo sejam examinadas por ele.

No entanto, falando no Seminário Internacional sobre Formas de Governo, promovido pelo Ministério



Ulysses debate no seminário em Brasília

da Administração, disse que, apesar de não ser o idealista apalmeado, finalmente a decisão de seu partido caso esse decida optar pelo parlamentarismo.

Por sua vez, o Relator da Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos, Deputado Francisco

Rossi (PTB-SP), anunciou ontem que irá manter, no seu anteprojeto, a convocação de eleições presidenciais para o próximo ano. A diferença entre seu texto e o apresentado pelo Deputado José Fogaça é que, no deste último, a eleição presidencial está marcada para novembro de 88, enquanto Rossi prevê também a renovação dos Deputados e Senadores, num pleito a ser realizado três meses após a promulgação da nova Carta.

A coincidência de eleições, segundo Rossi, não permite que "o eleitor defina claramente seu voto para os diversos cargos". Por isso, defende a implantação de um cronograma que começaria em 88, com eleições para Presidente, Vices, Senadores e Deputados federais, e continuaria nos dois anos seguintes, com eleições municipais e estaduais. Em nenhum desses pleitos ele admite o voto vinculado.

Rossi está propondo, para o Presidente da República, quatro anos de mandato com direito a reeleição, mas decidiu modificar seu anteprojeto permitindo que Prefeitos e seus Vices se reelejem apenas uma vez, enquanto no texto original essa possibilidade era ilimitada.

Foto de Gilberto Alves